



**A-110**

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 455/2017

CONTADOR / GERAL

**PROVA OBJETIVA**

**Leia com atenção as Instruções**

1. Você recebeu do fiscal um **cartão de respostas da prova objetiva** e este **caderno de questões** que contém **60 (sessenta) questões objetivas**.
2. É sua responsabilidade verificar se o nome do cargo informado neste **caderno de questões** corresponde ao nome do cargo informado em seu **cartão de respostas**.
3. Você dispõe de **4 (quatro) horas** para realizar a prova, incluindo o preenchimento do **cartão de respostas**.
4. Somente depois de decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá retirar-se da sala de prova em caráter definitivo, obrigatoriamente entregando ao fiscal de sala todo o material de prova recebido.
5. Somente será permitido ao candidato levar seu **caderno de questões** quando faltar uma hora para o término do tempo estabelecido para a prova.
6. É terminantemente vedado copiar respostas, em qualquer fase do concurso público.

7. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão ser liberados juntos.
8. Se você precisar de algum esclarecimento, consulte o fiscal.

**Somente após autorização para o início da prova:**

1. Verifique, neste **caderno de questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
2. Verifique, no **cartão de respostas**, se existem espaços suficientes para a marcação das respostas de todas as **questões objetivas** existentes neste caderno de questões.
3. Transcreva a frase abaixo, utilizando letra cursiva, no espaço reservado no seu **cartão de respostas**.

"Não é necessário que você veja toda a escalada, apenas dê o primeiro passo." *Martin Lutter King Jr.*

**Cronograma Previsto - Prova Objetiva**

Atividade	Início	Término
Publicação das Provas Objetivas - Internet	07/05/2018	
Publicação dos gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet		
Interposição de Recurso contra os gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet	08/05/2018	10/05/2018

Consulte o cronograma completo em <http://concursos.pr4.ufrj.br>



## LÍNGUA PORTUGUESA

## TEXTO 1



pt.wikipedia.org

O texto adiante é a letra do samba-enredo “Meu Deus, Meu Deus, está extinta a escravidão?”, apresentado neste Carnaval pelo Grêmio Recreativo e Escola da Samba Paraíso do Tuiuti, composto por Claudio Russo, Moacyr Luz, Dona Zezé, Jurandir e Aníbal.

Meu Deus! Meu Deus!  
Se eu chorar, não leve a mal  
Pela luz do candeeiro  
Liberte o cativo social

Não sou escravo de nenhum senhor  
Meu Paraíso é meu bastião  
Meu Tuiuti, o quilombo da favela,  
É sentinela da libertação

Irmão de olho claro ou da Guiné  
Qual será o seu valor? Pobre artigo de mercado  
Senhor, eu não tenho a sua fé, e nem tenho a sua cor  
Tenho sangue avermelhado  
O mesmo que escorre da ferida  
Mostra que a vida se lamenta por nós dois  
Mas falta em seu peito um coração  
Ao me dar a escravidão e um prato de feijão com arroz

Eu fui mandiga, cambinda, haussá  
Fui um Rei Egbá preso na corrente  
Sofri nos braços de um capataz  
Morri nos canaviais onde se plantava gente

Ê, Calunga, ê! Ê, Calunga!  
Preto Velho me contou, Preto Velho me contou  
Onde mora a Senhora Liberdade  
Não tem ferro nem feitor

Amparo do Rosário ao negro Benedito  
Um grito feito pele do tambor  
Deu no noticiário, com lágrimas escrito,  
Um rito, uma luta, um homem de cor

E assim, quando a lei foi assinada  
Uma lua atordoadá assistiu fogos no céu  
Áurea feito o ouro da bandeira  
Fui rezar na cachoeira contra a bondade cruel

Meu Deus! Meu Deus!  
Se eu chorar, não leve a mal  
Pela luz do candeeiro  
Liberte o cativo social

Não sou escravo de nenhum senhor  
Meu Paraíso é meu bastião  
Meu Tuiuti, o quilombo da favela,  
É sentinela da libertação

## 1. Leia os versos a seguir:

*“Irmão de olho claro ou da Guiné  
Qual será o seu valor? Pobre artigo de mercado”.*

Quanto a esses versos, considerados no conjunto da letra do samba-enredo da Paraíso do Tuiuti, pode-se afirmar que:

- expressam a visão crítica, generosa e plural de um oprimido consciente da natureza e do alcance profundo e complexo da opressão.
- referem-se aos negros africanos com olhos claros, como os oriundos de Serra Leoa.
- relembra que, também, em muitos casos, houve brancos europeus escravizados e traficados nos mercados do “Novo Mundo”.
- referem-se à tentativa desesperada de alguns dos negros escravizados de comprarem a sua liberdade.
- ironizam os negros, brancos, europeus e africanos cristãos cooptados pelos altos lucros obtidos com o tráfico de pessoas.

## 2. Leia a estrofe a seguir.

*“Eu fui mandiga, cambinda, haussá  
Fui um Rei Egbá preso na corrente  
Sofri nos braços de um capataz  
**Morri nos canaviais onde se plantava gente”***

O verso sublinhado na estrofe expressa a ideia de que:

- mulheres e homens escravizados até a exaustão eram enterrados nos canaviais.
- um Rei Egbá foi torturado até a morte por um capataz de um canavial.
- os africanos tornados força de trabalho escrava eram brutalmente desumanizados, coisificados.
- um Rei Egbá foi preso, morto e enterrado numa plantação de cana.
- os capatazes dos canaviais torturavam mulheres e homens escravizados.

## 3. Considere a estrofe a seguir.

*“Meu Deus! Meu Deus!  
Se eu chorar, não leve a mal  
Pela luz do candeeiro  
**Liberte o cativo social”***

Quanto à regência no verso dado, o verbo em destaque é:

- intransitivo.
- transitivo direto.
- transitivo indireto.
- bitransitivo.
- tritransitivo.

## 4. Leia as próximas estrofes e responda à questão proposta:

*“Meu Deus! Meu Deus!  
Se eu chorar, não leve a mal  
Pela luz do candeeiro  
Liberte o cativo social*

Não sou escravo de nenhum senhor  
 Meu Paraíso é meu bastião  
 Meu Tuiuti, o quilombo da favela,  
 É sentinela da libertação”

A seleção lexical (a escolha de palavras) nesses versos do samba-enredo ilustra a intenção de seus autores de expressar o ambiente sócio-histórico do período colonial no Brasil. Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta palavras com essa referência.

- A) chorar – favela.
- B) liberte – candeeiro.
- C) quilombo – bastião.
- D) cativo – sentinela.
- E) escravo – senhor.

5. Considere os versos a seguir:

“Mas falta em seu peito um coração  
 Ao me dar a escravidão e um prato de feijão com arroz”

Quanto ao termo sublinhado é correto afirmar que se trata de um:

- A) pronome pessoal reto em posição de próclise.
- B) pronome pessoal oblíquo em posição de ênclise.
- C) pronome pessoal reto em posição de mesóclise.
- D) pronome pessoal oblíquo em posição de próclise.
- E) pronome relativo em posição de ênclise.

**TEXTO 2**



AP Photo/Leo Correa

A “Ala dos Manifestoches”, apresentada pela Paraíso do Tuiuti, como se sabe, expressou uma crítica aguda aos ‘atores’ sociais que – visíveis ou ocultos – promoveram as manifestações de rua pela deposição da presidente Dilma Rousseff. Patos com cifrões, camisetas alusivas às da seleção brasileira de futebol e panelas nas mãos satirizaram, respectivamente, a participação exacerbada da FIESP, a apropriação extemporânea de um nacionalismo confuso pelos manifestantes e uma militância proativa improvável dos setores médios e altos das classes médias urbanas. Por trás dos mal informados manifestantes se erguem enormes e poderosas mãos que sugerem a manipulação simbólica de seus movimentos.

6. Quanto à classe gramatical do espirituoso neologismo **manifestoches**, criado pela Escola de Samba de São Cristóvão, pode-se afirmar que se trata de:

- A) um verbo irregular.
- B) um substantivo.
- C) um adjetivo.
- D) uma locução adjetiva.
- E) uma conjunção adversativa.

**TEXTO 3**

**NÃO SOMOS ESCRAVOS DE NENHUM SENHOR**

Driade Aguiar

“(…) Como editora da Mídia NINJA, não sei colocar em palavras a dor que sentia a cada vez que entrava na página e via o post fixado com a foto de um rapaz negro com a Máscara de Flandres, uma cena tão antiquada quanto torturosamente atual. Esse post chegou a mais de 130 mil compartilhamentos, mais de 15 milhões de pessoas alcançadas – o alcance de quem fura a bolha ao focar sua linguagem para mais de 50% dos brasileiros, a população negra.

*Alegorias, fantasias, décimos e quesitos à parte, a agremiação de São Cristóvão, **o quilombo da favela**, termina aclamada como Campeã do Povo. (...)*

7. O trecho sublinhado aparece isolado entre vírgulas, porque se trata de:

- A) um aposto recapitulativo ou resumidor.
- B) uma locução adverbial.
- C) um vocativo.
- D) um aposto comparativo.
- E) ocução verbal.

**TEXTO 4**

O texto adiante apresenta trechos do artigo **Linguagem é poder: sobre jogos sujos e democracia**, publicado pela filósofa e escritora Marcia Tiburi (Revista Cult.uol, 22.02.2018). Leia-o e responda à questão proposta.

“Linguagem é poder. Antes de serem puros e simples atos de comunicação, todos os atos da linguagem são atos de poder. (...)”

O que se pode chamar de “jogo de poder” é estratégia de poder em seu sentido político. Todo jogo de poder é, na verdade, um jogo de linguagem. Há jogos de linguagem sem “jogos de poder”, mas não há jogo de poder sem linguagem.

A linguagem preferida do jogo de poder político em seu estado deturpado é a da dominação e da violência. O poder político – aquele que se exerce juntamente com outro, ou contra os outros com a consciência do seu efeito – é como uma engrenagem, como um dispositivo, é como um organismo que funciona para fazer sobreviver a si mesmo. Como as pessoas se relacionam com esse poder é uma pergunta que deve ser respondida por cada um.

Ninguém na sociedade humana, que é uma sociedade política – na qual mesmo quem não quer fazer política faz política, mesmo que a sua política seja uma espécie de antipolítica –, vive fora de relações de poder. Justamente porque não pode viver fora da linguagem. O poder político que não interessa a todos, a todos afeta e, na sua forma deturpada, depende justamente desse desinteresse da maioria para manter-se como é. (...)”

Fora do jogo da democracia, todo jogo de poder é um jogo sujo. Vamos aceitar?”

8. Assinale a alternativa que apresenta afirmação **INCORRETA** sobre o conteúdo do texto dado.
- O desinteresse da maioria pela política serve para manter o poder político deturpado.
  - O apolítico e o antipolítico são também 'atores' sociais políticos, mesmo sem querer.
  - A democracia é o ambiente imprescindível para que as disputas políticas possam ocorrer limpamente.
  - A autora convida o leitor à inquietação e à ação políticas.
  - A linguagem da dominação é a preferida do jogo de todo tipo de poder político.
9. O trecho destacado "**Há jogos de linguagem sem 'jogos de poder'**", mas não há jogo de poder sem linguagem.", é um período:
- simples.
  - composto por coordenação.
  - composto por subordinação.
  - composto por coordenação e subordinação.
  - simples com uma oração coordenada.

### TEXTO 5

"Você está sendo **enganado** (1).

A trapaça narrativa funciona em três etapas. Na primeira, um sujeito pergunta qual é o contrário de preto e alguém responde que é branco. Em seguida, ele pergunta qual é o contrário de claro e alguém responde que é escuro. Por último, o mesmo indivíduo pergunta qual é o contrário de verde, mas ninguém responde, pois, obviamente, não existe.

Só que não é verdade.

O contrário de verde é maduro, embora você não tenha pensado nisso. O problema é que fomos induzidos a pensar em termos cromáticos, esquecendo que um raciocínio **mais** (2) **complexo** (3) nos levaria a ver outros lados da questão. (...)"

Trecho do artigo "Não é golpe, é muito pior", de Felipe Pena, publicado em Crônicas do Golpe (2017), do mesmo autor, professor da Universidade Federal Fluminense e pós-doutor em Semiologia da Imagem.

10. Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, antônimos dos três termos destacados e numerados no texto dado:
- (1) burlado; (2) porém; (3) complicado.
  - (1) desiludido; (2) todavia; (3) imperscrutável.
  - (1) desenganado; (2) menos; (3) singelo.
  - (1) enganoso; (2) demasiado; (3) simples.
  - (1) esclarecido; (2) excessivo; (3) trivial.

### TEXTO 6

Adiante estão trechos da nota do Ministério da Educação divulgada, em 21 de fevereiro, por jornal de grande circulação na matéria "**MEC vai acionar MPF contra disciplina da UnB sobre 'golpe de 2016': Pasta quer apuração de 'improbidade administrativa' dos responsáveis pela criação do curso**".

"O ministro da Educação, Mendonça Filho, lamenta que uma instituição respeitada e importante como a Universidade de Brasília adote uma prática de apropriação do bem público para promoção de pensamentos político-partidário ao criar a discipli-

na "O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil", que será ministrado no curso de Ciências Políticas da universidade.

O MEC irá encaminhar solicitação para a Advocacia-Geral da União (AGU), ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Ministério Público Federal (MPF) para a apuração de improbidade administrativa por parte dos responsáveis pela criação da disciplina na Universidade de Brasília (UnB) por fazer proselitismo político e ideológico de uma corrente política usando uma instituição pública de ensino. (...)"

11. A leitura dos trechos dados permite afirmar que:
- há dois erros de concordância verbal e nenhum de concordância nominal no primeiro parágrafo.
  - há apenas um erro de concordância nominal no segundo parágrafo.
  - não há erros de concordância nos dois parágrafos.
  - há um erro de concordância nominal e outro de concordância verbal no primeiro parágrafo.
  - há um erro de concordância nominal e dois outros de concordância verbal no primeiro parágrafo.

### TEXTO 7

O texto que segue reproduz trechos da nota da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica), divulgada na grande imprensa, em 22 de fevereiro, em apoio ao pesquisador e professor da Universidade de Brasília (UnB) Luis Felipe Miguel, responsável pela disciplina "**O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil**". Leia-o, atentamente, e responda à questão proposta.

"A comunidade acadêmica tem sido vítima **frequente** (I) de arbítrios semelhantes nos últimos meses. Mesmo após o trágico episódio que envolveu o suicídio do professor Luiz Carlos Cancellier, então reitor da UFSC, prisões, conduções coercitivas e demais gestos indicativos de abuso de poder, ora **orquestrados** (II) pelo Judiciário, ora pelo Executivo, têm indicado aos professores, alunos, servidores técnico-administrativos e demais membros da comunidade um exagero e um ímpeto manifesto em desqualificar o ambiente da universidade pública e das instituições de ensino superior de modo geral.

O curso proposto pelo colega da UnB, a partir da disciplina "Tópicos Especiais em Ciência Política 4", com o tema "O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil" tem os seguintes objetivos: "(1) Entender os elementos de fragilidade do sistema político brasileiro que permitiram a ruptura democrática de maio e agosto de 2016, com a deposição da presidente Dilma Rousseff; (2) Analisar o governo presidido por Michel Temer e investigar o que sua agenda de retrocessos nos direitos e restrição às liberdades diz sobre a relação entre as desigualdades sociais e o sistema político no Brasil; (3) **perscrutar** (III) os desdobramentos da crise em curso e as possibilidades de reforço da resistência popular e de restabelecimento do Estado de direito e da democracia política no Brasil." O programa contempla bibliografia lúcida, de autores relevantes nas Ciências Humanas e Sociais do país.

(...)

Esta Associação reafirma seu compromisso com a defesa da autonomia universitária e estimula iniciativas que busquem aprofundar a análise do atual cenário político e midiático brasileiro.”

12. Sobre as três palavras em destaque, identificadas com algarismos romanos, pode-se afirmar que:
- A) em (I) o trema foi suprimido pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; em (II) não se aplicava o uso do trema; e (III) pode ser substituída pelo vocábulo sinônimo *perquirir*.
- B) em (I) não se aplicava o uso do trema; em (II) o trema foi suprimido pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; e (III) pode ser substituída pelo vocábulo sinônimo *inquirir*.
- C) em (I) não se aplicava o uso do trema; em (II) não se aplicava o uso do trema; e (III) pode ser substituída pelo vocábulo sinônimo *interrogar*.
- D) em (I) o trema foi mantido pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, embora não anotado no texto; em (II) o trema foi suprimido pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; e (III) pode ser substituída pelo vocábulo sinônimo *sondar*.
- E) em (I) o trema foi suprimido pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; em (II) o trema foi tornado facultativo pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; e (III) não pode ser substituída pelo vocábulo *indagar*.

#### TEXTO 8

Leia, adiante, trechos na nota do *Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp em defesa da liberdade de cátedra e da autonomia universitária*.

“O Departamento de Ciência Política da Unicamp vem a público manifestar irrestrita solidariedade ao professor e pesquisador Luís Felipe Miguel, da Universidade de Brasília, que ministrará neste semestre a disciplina ‘O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil’. (...)”

Manifestamos nossa mais profunda indignação contra os ataques à Universidade Pública e aos seus membros que temos assistido nos últimos meses no Brasil. Não é o caminho pelo qual transformaremos o Brasil em um país soberano, justo e livre. Estamos e estaremos juntos na luta para mudar a atual situação política do país.”

13. Quanto à variação linguística, o texto dado se caracteriza:
- A) pela presença predominante da variante histórica.
- B) pela predominância da variante situacional informal.
- C) pelo emprego exclusivo da variante social.
- D) pelo uso exclusivo da variante situacional formal.
- E) pelas diversas marcas da variante geográfica paulista.

#### TEXTO 9

A Constituição da República Federativa do Brasil, a chamada Constituição Cidadã, vigente desde 1988, em seu Capítulo III, estabelece os princípios fundamentais que organizam e disciplinam a educação e sua gestão em todo o País; conforme a reprodução de parte dos artigos adiante:

“Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (...);

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (...)”

14. Ao cotejar o que está estabelecido nesses dois artigos da Constituição, à luz dos acontecimentos que opuseram o MEC à UnB, conforme abordado nas questões anteriores, pode-se afirmar que há uma relação direta de sentido entre:
- A) o inciso I do artigo 206 e a autonomia administrativa assegurada no artigo 207.
- B) o inciso VI do artigo 206 e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão assegurada no artigo 207.
- C) a autonomia de gestão financeira e patrimonial assegurada no artigo 207 e o inciso III do artigo 206.
- D) a autonomia administrativa assegurada no artigo 207 e o inciso IV do artigo 206.
- E) o inciso II do artigo 206 e a autonomia didático-científica assegurada no artigo 207.

Leia o texto a seguir e responda às questões 15 e 16.

#### TEXTO 10

##### FIOCRUZ DIVULGA NOTA DE APOIO AO PESQUISADOR ELISALDO CARLINI

“A Presidência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) manifesta sua solidariedade ao pesquisador Elisaldo Carlini e repudia a tentativa de criminalizar suas atividades acadêmicas. O professor Carlini e três outros pesquisadores do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid) foram convocados recentemente a depor diante da acusação de apologia ao crime. Ao que tudo indica, a intimação está relacionada à realização de um evento científico sobre os usos da maconha e sobre as possíveis mudanças legais que mitigassem os danos advindos da atual política de drogas. Centrada na repressão, esta política gera entraves à pesquisa com substâncias psicoativas tornadas ilícitas e **a exploração de seus usos terapêuticos** (1).”

A Fiocruz endossa a manifestação pública conjunta da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que **afirma** (2): 'acusar o Dr. Carlini de apologia às drogas equivale a criminalizar a inteligência e o conhecimento técnico-científico'. Hoje, mais que nunca, em contraponto a práticas que buscam o retrocesso, é necessário posicionar-se pelo direito de se produzir ciência para a defesa da vida."

15. Sobre a expressão destacada no primeiro parágrafo do texto dado pode-se afirmar que:
- falta o acento agudo indicador da crase.
  - não há falhas de acentuação.
  - falta o acento grave indicador da crase.
  - não há falhas de acentuação, embora haja erro de concordância verbal.
  - não há falhas de acentuação, embora haja erro de concordância nominal.
16. Quanto à palavra **afirma** (2), em destaque no segundo parágrafo do texto, é correto dizer que ela mostra concordância:
- nominal com a expressão "a Academia Brasileira de Ciências (ABC)".
  - verbal com a expressão "Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)".
  - verbal com a expressão "a Academia Brasileira de Ciências (ABC)".
  - verbo-nominal com a expressão "A Fiocruz".
  - verbal com a expressão "a manifestação pública conjunta".

#### TEXTO 11

O trecho a seguir é um fragmento de **MARCHA CONTRA O SABER**: *O golpe militar de 1964 e o AI-5 na Universidade de São Paulo*, de Carlos Giannazi.



Fonte: Estadão Newsletter

"As discussões na Congregação sobre o encarceramento arbitrário do professor Mário Schenberg.

A reunião de 27 de maio de 1964 foi o preciso momento em que a discussão da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ao lado dos assuntos administrativos e acadêmicos, atingisse um caráter político mais determinado. Esse fato decorreu da manifestação do professor Florestan Fernandes, **que** (1) censurou a instituição por não haver demonstrado publicamente sua solidariedade ao professor Mário Schenberg, **que** (2) havia sido recentemente encarcerado pela polícia política. Recordou então o professor que a tomada dessa atitude seria "uma prova do zelo que temos pela autonomia universitária, pois é do maior interesse defender-se as condições mínimas para a nossa liberdade de pensamento. (...)

Concordando com Florestan Fernandes, manifestou-se o professor Lívio Teixeira, que entendeu que 'a Faculdade e a Universidade deveriam assumir uma atitude mais combativa com relação ao expurgo de professores, ocasionado pela atual situação política'. Assim, era de opinião que 'a Universidade deve defender a sua liberdade de pensamento e sofrer por ela'".

17. Relativamente aos termos destacados e numerados no texto dado, é **INCORRETO** afirmar que:
- ambos são pronomes relativos.
  - ambos introduzem orações subordinadas adjetivas explicativas.
  - (1) é recurso de coesão e retoma Florestan Fernandes.
  - (1) é interjeição e (2) é preposição.
  - (2) é recurso de coesão e refere-se a Mario Schenberg.

#### TEXTO 12



Capa da edição original do volume 1, 1966.

Em 1966, o escritor e jornalista carioca Sérgio Porto (1923-1968), sob o pseudônimo Stanislaw Ponte Preta, publicava o **Febeapá, Festival de Besteira que Assola o País**. Leia o trecho adiante e responda à questão proposta.

"É difícil ao historiador precisar o dia em que o Festival de Besteira começou a assolar o país. Pouco depois da 'redentora', cocorocas de diversas classes sociais e algumas autoridades que geralmente se dizem 'otoridades', sentindo a oportunidade de aparecer, já que a 'redentora', entre outras coisas, incentivou a política do dedurismo (corruptela de dedo-durismo, isto é, a arte de apontar com o dedo um colega, um vizinho, o próximo enfim, como corrupto ou subversivo — alguns apontavam dois dedos duros, para ambas as coisas), iniciaram essa feia prática, advindo daí cada besteira que eu vou te contar. (...)

Foi então que estreou no Theatro Municipal de São Paulo a peça clássica *Electra*, tendo comparecido ao local alguns agentes do DOPS\* para prender Sófocles, autor da peça e acusado de subversão, mas já falecido em 406 a.C. Era junho e o pensador católico Tristão de Ataíde, o mesmo Alceu de Amoroso Lima, uma das personalidades mais festejadas da cultura brasileira, chegava à mesma conclusão da flor dos Ponte Preta em relação à burrice reinante, ao declarar, numa conferência: 'A maior inflação nacional é de estupidez'."

\* O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi órgão histórico de repressão e, também, centro de tortura durante a ditadura do Estado Novo e sob o regime imposto pelo golpe civil-militar de 1964.

18. Marque a alternativa na qual o fragmento retirado do texto não conota ironia.
- para prender Sófocles.
  - autoridades que geralmente se dizem 'otoridades'.
  - a peça clássica *Electra*.
  - conclusão da flor dos Ponte Preta.
  - A maior inflação nacional é de estupidez.
19. Quanto ao gênero e às características deste texto de Sergio Porto é correto afirmar que ele:
- é marcado por tentativa de reflexão crítica e subjetiva, característica do ensaio.
  - por ser um conto, apresenta uma "complicação, seu desenvolvimento, um clímax e um desfecho.
  - do lide à impessoalidade, mostra os principais marcadores de uma notícia.
  - mostra uma descrição minuciosa que compreende certo número de fatos, como uma resenha crítica.
  - apresenta linguagem simples e coloquial própria da crônica.

### TEXTO 13

Como se sabe, o escritor Lima Barreto foi um crítico genial e desiludido da sociedade e das elites de seu tempo. Neste fragmento de seu *Diário Íntimo*, pode-se ler como, em 1919, o autor contemplava as mazelas e vícios da jovem República brasileira.

"Esses trinta anos de República têm mostrado, mais do que o passado regime, além da incapacidade dos dirigentes para guiar a massa da população na direção de um relativo bem-estar, a sua profunda desonestidade, os baixos ideais de sua política que, em presença de propinas e gorjetas, lucros ou quais seja em moeda, não trepidam em lançar na miséria, na mendicância, no *alcouce*<sup>1</sup>, na taverna os seus patrícios, mesmo atirá-los à aventura de uma guerra, quando o *pourboire*<sup>2</sup>, estrangeiro em geral, é de encher os olhos. A todas as reclamações, a todas as críticas, eles só sabem responder com o Santo Ofício policial que arvoraram em Academia, Sínodo, Concílio, para julgar e condenar esta ou aquela teoria política que qualquer precisa expor e não lhes agrade."

1 prostíbulo.

2 o ganho, a gorjeta

Passados quase 100 anos, essa dura análise do legado republicano, à luz dos dias que correm, como se pode ver, soa muito contemporânea. Releia o trecho adiante e responda à questão proposta.

"A todas as reclamações, a todas as críticas, **eles** só sabem responder com o Santo Ofício policial que arvoraram em Academia, Sínodo, Concílio, para julgar e condenar esta ou aquela teoria política que qualquer precisa expor e não **lhes** agrade."

20. Os dois termos em destaque referem-se:
- aos dirigentes republicanos.
  - aos seus patrícios.
  - aos estrangeiros em geral.
  - à Academia, ao Sínodo, ao Concílio.
  - aos trinta anos de República.

### LEGISLAÇÃO

21. Milton Carlos, servidor público federal, investido no cargo efetivo de Assistente em Administração da UFRJ há 1 (um) ano, pretende solicitar licença para acompanhar seu cônjuge, que foi deslocado para outro ponto do território nacional. Sobre o presente caso, nos termos da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que:
- o estágio probatório do servidor não ficará suspenso durante o período da referida licença.
  - o estágio probatório do servidor ficará suspenso durante o período da referida licença e será retomado a partir do término do impedimento.
  - o servidor não pode acompanhar o cônjuge, tendo em vista que se encontra em estágio probatório.
  - a referida licença será por prazo indeterminado e com remuneração.
  - a referida licença será por prazo determinado e sem remuneração.
22. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o auxílio-moradia consiste no ressarcimento de despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, após a devida comprovação da despesa pelo servidor. Sobre os requisitos para a concessão do auxílio-moradia, é **INCORRETO** afirmar que:
- conceder-se-á auxílio-moradia caso não exista imóvel funcional disponível para uso pelo servidor.
  - não será concedido auxílio-moradia se o servidor for deslocado por força de alteração de lotação ou nomeação para cargo efetivo.
  - o valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado.
  - conceder-se-á auxílio-moradia ainda que o cônjuge ou companheiro do servidor ocupe imóvel funcional.
  - no caso de falecimento ou exoneração do servidor, o auxílio-moradia poderá ser mantido por um mês, limitado ao valor pago no mês anterior.
23. Ana Vitória, servidora pública federal, investida no cargo efetivo de Arquivista da UFRJ, opôs, pela primeira vez, resistência injustificada à execução de serviços do Setor de Protocolo da instituição pública onde trabalha. Sobre o presente caso, nos termos da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que a conduta da servidora:
- é proibida, sob pena de ser-lhe aplicada pena de advertência, por escrito, mediante processo administrativo.
  - é proibida, sob pena de ser-lhe aplicada pena de demissão, mediante processo administrativo.
  - não é proibida desde que praticada no período de estágio probatório.
  - será punida com suspensão de até dois anos, podendo ser prorrogada por um ano, sem direito à remuneração.
  - será punida com suspensão de até três anos, podendo ser prorrogada por dois anos, com direito à remuneração.



24. João Vicente, servidor da UFRJ, solicitou à instituição onde trabalha informações sobre condutas de agentes públicos, também servidores da universidade, que implicaram violação de direitos humanos. Tais informações seriam necessárias a João Vicente para tutela judicial de direitos fundamentais. Para surpresa do servidor, o acesso a essas informações lhe foi negado, tendo em vista que elas foram classificadas como sigilosas pela respectiva instituição. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, é correto afirmar que:
- como tais informações foram consideradas sigilosas pela instituição, ainda que necessárias à tutela judicial, o acesso deve ser restrito.
  - a instituição agiu conforme a Lei de Acesso à Informação, que determina a impossibilidade de acesso a informações que versem sobre condutas que violem os direitos humanos.
  - a instituição não agiu conforme a Lei de Acesso à Informação, que determina a impossibilidade de ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial.
  - o servidor não pode ter acesso a tais informações, pois, nos termos da lei, elas são consideradas ultrassecretas.
  - a instituição está impedida de divulgar tais informações, pois, nos termos da lei, a sua divulgação oferece risco à estabilidade financeira, econômica e monetária do país.
25. “O Código de Ética Profissional do Servidor Público Federal, Decreto nº 1.171/1994, é um guia de conduta profissional e pessoal a que os servidores públicos estão submetidos. Ele preceitua a preservação dos mais nobres princípios éticos e morais, desejáveis no comportamento daqueles que têm, como profissão, o exercício de função pública: os servidores públicos.”
- Disponível em: [www.ufmg.br/pfufmg](http://www.ufmg.br/pfufmg)  
(acesso em 10 de março de 2018)
- De acordo com o Decreto nº 1.171/1994, é vedado ao servidor público:
- facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito.
  - exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstando-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários dos serviços públicos e dos jurisdicionados administrativos.
  - usar artifícios para procrastinar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
  - divulgar e informar a todos os integrantes de sua classe sobre a existência do Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.
  - jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
26. Sobre a Lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar que:
- as normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte na forma da lei.
  - nos processos de licitação, em igualdade de condições e como critério de desempate, será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos no Brasil.
  - não poderá participar da licitação, direta ou indiretamente, o servidor ou o dirigente de órgão ou entidade contratante ou o responsável pelo processo licitatório.
  - as licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.
  - nos processos de licitação, não poderá ser estabelecida margem de preferência, ainda que para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
27. O processo administrativo na Administração Pública rege-se pelo princípio do devido processo legal, em conformidade com o art. 5º, LIV, da Carta Magna. De acordo com esse princípio, “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Nesse sentido, é assegurado ao cidadão o direito de peticionar ou de responder perante a órgãos do poder público, respeitando as fases do processo, ou seja: a instauração, a instrução e o julgamento. Sobre o processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que:
- os interessados têm direito à vista do processo, mas não podem obter certidões ou cópias reprodutíveis dos dados e documentos que o integram.
  - são legitimadas como interessadas no processo administrativo as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.
  - concluída a instrução do processo administrativo, a Administração tem o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
  - os atos administrativos não necessitam ser motivados quando impõem ou agravam deveres, encargos ou sanções.
  - a desistência ou renúncia do interessado, em qualquer caso, prejudica o prosseguimento do processo.
28. Segundo Hely Lopes Meirelles, a Administração Pública Indireta “é o conjunto de entes (entidades com personalidade jurídica) que, vinculados a um órgão da Administração Direta, prestam serviço público ou de interesse público” (Meirelles, 2004, p. 730).
- Marque a alternativa que apresenta somente entidades da Administração Pública Indireta:
- Empresas Públicas, Ministério da Fazenda e Fundações Públicas.
  - Sociedades de Economia Mista, Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos.
  - Fundações Públicas, Ministério da Defesa e Ministério do Desenvolvimento Agrário.
  - Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.
  - Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

29. Dulce Maria, servidora pública federal, investida no cargo efetivo de Contadora na UFRJ, foi aprovada no concurso público para o Magistério do Estado do Rio de Janeiro. Em dúvida se poderia assumir o cargo de professora na rede estadual, dirigiu-se ao Setor de Recursos Humanos da universidade onde trabalha e obteve a informação sobre a possibilidade de acumular os dois cargos.

Sobre o presente caso, é correto afirmar que a acumulação dos respectivos cargos:

- A) é lícita, nos termos da Constituição Federal, que permite a acumulação do cargo de professor com outro cargo técnico ou científico, ainda que não haja compatibilidade de horários.
- B) não é lícita, tendo em vista que a Constituição Federal só permite a acumulação do cargo de professor com outro do magistério.
- C) não é lícita, pois, de acordo com a Constituição Federal, o cargo de Contadora na UFRJ não tem natureza técnica ou científica.
- D) é lícita, nos termos da Constituição Federal, que permite a acumulação do cargo de professor com outro cargo técnico ou científico, se houver compatibilidade de horários.
- E) não é lícita, pois, nos termos da Constituição Federal, é possível a acumulação somente para os cargos privativos de profissionais da saúde.

30. "Os princípios básicos da Administração Pública estão consubstancialmente em doze regras de observância permanente e obrigatória para o bom administrador: legalidade, moralidade, impessoalidade ou finalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, motivação e supremacia do interesse público. Os cinco primeiros estão expressamente previstos no art. 37, caput, da CF de 1988; os demais, embora não mencionados, decorrem do nosso regime político, tanto que foram textualmente enumerados pelo art. 2º da Lei Federal nº 9.784, de 29/01/1999" (Meirelles, 2000, p. 81).

Sobre os princípios da Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado obriga a Administração Pública a considerar o interesse coletivo acima das aspirações particulares. Tal princípio é um pressuposto lógico do convívio em sociedade.
- B) o princípio da segurança jurídica decorre da essência do Estado Democrático de Direito, cujo objetivo é oferecer um mínimo de estabilidade e certeza no convívio social organizado. Tal princípio previne surpresas que comprometam o direito das pessoas, assegurando o cumprimento das normas jurídicas.
- C) o princípio da ampla defesa assegura ao réu trazer para o processo todos os elementos que possam esclarecer a verdade, ainda que tais elementos não sejam permitidos por lei.
- D) o princípio do contraditório é uma consequência direta do direito de defesa, pois garante ao réu ou ao acusado o direito de se opor aos atos produzidos pela acusação.
- E) o princípio da motivação impõe à Administração Pública o dever de expor as razões de direito e de fato pelas quais tomou a providência adotada.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A partir dos saldos contábeis do município Esperança, apresentado no quadro a seguir, e tendo como base a codificação e classificação das contas contábeis definidas pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o valor das variações patrimoniais diminutivas e do passivo são, respectivamente:

2.1.1.2	Benefício Previdenciário a Pagar	R\$ 550,00
1.1.2.0	Créditos a Curto Prazo	R\$ 690,00
3.1.1.0	Remuneração a Pessoal Ativo	R\$ 230,00
4.4.2.0	Juros e Encargos de Mora	R\$ 140,00
2.1.2.0	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ 720,00
3.9.3.1	Juros	R\$ 205,00
4.5.2.2	Transferências do Fundeb	R\$ 240,00
1.1.5.0	Estoque	R\$ 885,00
3.3.2.3	Serviços Terceiros - PJ	R\$ 620,00
1.2.1.1	Dívida Ativa Tributária	R\$ 310,00
4.2.1.0	Contribuições Sociais	R\$ 701,00

- A) R\$ 850,00 e R\$ 1.270,00
- B) R\$ 1.055,00 e R\$ 1.270,00
- C) R\$ 1.270,00 e R\$ 1.055,00
- D) R\$ 1.055,00 e R\$ 885,00
- E) R\$ 230,00 e R\$ 1.580,00

32. A divulgação de informações financeiras e não financeiras das atividades de prestação de serviços, de desempenho e/ou dos resultados durante o exercício são necessárias ao governo ou outra entidade do setor público para:

- A) cumprir com suas obrigações de prestação de contas e justificar a utilização dos recursos captados da sociedade.
- B) que os montantes do cronograma de fluxo de caixa necessários aos serviços atendam as demandas existentes.
- C) que tenha informação da necessidade de recursos adicionais futuros.
- D) conhecer o limite relacionado às transações e outros eventos e atividades.
- E) atender as restrições das características qualitativas.

33. Como proposto pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), para viabilizar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo foi criado no PCASP um procedimento para a segregação dos valores das transações que serão excluídas ou incluídas na consolidação. Assinale a alternativa que apresenta o nível e as classes que são as bases de tal procedimento.

- A) 5º nível e classes 1, 2, 3 e 4.
- B) 4º nível e classes 1, 2, 3 e 4.
- C) 5º nível e classes 1, 2, 7 e 8.
- D) 6º nível e classes 1, 2, 3 e 4.
- E) 4º nível e classes 1, 2, 7 e 8.

34. Considerando os saldos apresentados na tabela a seguir, referentes às arrecadações de impostos ocorridas no período de 20X1, o total arrecadado respectivamente pela União, Estado e Município foi de:

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana	R\$ 750,00
ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços	R\$ 820,00
IR - Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	R\$ 745,00
ITCMD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação	R\$ 630,00
ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis	R\$ 890,00
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	R\$ 615,00
ITR – Imposto Territorial Rural	R\$ 295,00

- A) R\$ 1.360,00, R\$ 1.450,00 e R\$ 1.935,00
- B) R\$ 1.360,00, R\$ 2.340,00 e R\$ 1.045,00
- C) R\$ 1.990,00, R\$ 1.720,00 e R\$ 1.035,00
- D) R\$ 1.655,00, R\$ 1.450,00 e R\$ 1.640,00
- E) R\$ 1.360,00, R\$ 1.450,00 e R\$ 1.640,00

35. Com as informações extraídas do Balanço Patrimonial da Prefeitura de Confusa, o qual foi elaborado conforme a estrutura proposta pelo PCASP, o valor do intangível da prefeitura apresenta o total de:

Código	Itens patrimoniais	Valores R\$
1.1.4	Dívida Ativa Tributária	30.500,00
1.2.1	Adiantamento a Fornecedores	87.600,00
2.3.0	Patrimônio Líquido	440.650,00
1.2.2	Propriedades para Investimento	91.500,00
1.2.3	Bens Imóveis	248.000,00
2.1.1	Benefícios Assistenciais a Pagar	86.500,00
1.1.2	Créditos Tributários a Receber	73.000,00
1.2.1	Títulos e Valores Mobiliários	55.000,00
2.2.1	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias L/P	154.000,00
1.2.4	Intangível	?

- A) R\$ 577.650,00
- B) R\$ 103.500,00
- C) R\$ 585.600,00
- D) R\$ 681.150,00
- E) R\$ 95.550,00

36. De acordo com a NBC T16.10, que trata da avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público, é correto afirmar que:

- A) os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixados são ajustados o valor de custo.
- B) as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor de mercado.
- C) se o valor de aquisição, de produção ou de construção for superior ao valor de mercado, deve ser adotado o valor de mercado.
- D) a mensuração dos bens de uso comum será efetuada, sempre que possível, ao valor presente.

E) o método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o valor de mercado.

37. De acordo com a NBC T 16.8, o controle interno deve ser exercido em todos os níveis da entidade do setor público compreendendo:

- A) medidas que visem à identificação, concomitante ou *a priori*, de erros e tempestividade da informação contábil.
- B) a observância às leis, aos regulamentos e às diretrizes estabelecidas.
- C) por avaliação de riscos ocorrências, circunstâncias ou fatos previsíveis que podem afetar a qualidade da informação contábil.
- D) medidas que antecedem o processamento de um ato ou um fato, para punir a ocorrência de omissões da informação contábil.
- E) a definição de ações a serem implementadas para prevenir a sua ocorrência ou maximizar seu potencial.

38. Atendendo a NBC T 16.6, que estabelece as demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público, é correto afirmar que:

- A) no patrimônio líquido deve ser evidenciado o resultado do período agregando os resultados acumulados de períodos anteriores.
- B) as variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que não alteram o patrimônio líquido.
- C) o fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo circulante, bem como o recebimento em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos.
- D) a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) deve ser elaborada apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas.
- E) as contas do passivo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade.

39. Assinale a afirmativa que representa a definição do atributo oportunidade da informação de custos, conforme a NBC T 16.11, que trata do subsistema de informação de custos do setor público.

- A) Qualidade da informação estar disponível no momento adequado à tomada de decisão.
- B) A informação tem de estar livre de erros materiais e de juízos prévios.
- C) Qualidade que a informação tem de influenciar as decisões de seus usuários, auxiliando na avaliação de eventos passados.
- D) Informações de custos devem ser elaboradas de acordo com a finalidade específica pretendida pelos usuários.
- E) A informação deve ter de registrar as operações e acontecimentos de forma consistente e uniforme.

40. Conforme a NBC TSP01A, a entrada de recursos de transação sem contraprestação que se enquadre na definição de ativo deve ser reconhecida como ativo quando e somente quando:

- A) quando for provável que os benefícios econômicos futuros e o potencial de serviços associados com o passivo fluam para a entidade.
- B) o valor realizável do ativo líquido contábil for mensurado.
- C) o valor justo do ativo puder ser mensurado de maneira confiável.
- D) o valor da entrada de recursos de transações sem contraprestação reconhecida como ativo for reconhecido como despesa.
- E) o ativo adquirido por meio de transação sem contraprestação for mensurado inicialmente pelo seu valor de mercado na data de aquisição.
- 41.** Em consonância com o Decreto nº 93.872/86 e alterações, a contabilidade deverá apurar o custo dos projetos e atividades de forma a evidenciar o resultado da gestão, o qual terá por base, dentre outras, as informações recebidas das unidades administrativas gestoras. Se uma unidade administrativa gestora não encaminhar, para a contabilidade, as informações detalhadas sobre a execução física dos projetos e atividades a seu cargo enquanto não regularizada a situação, estará sujeita:
- A) à vedação de utilização de recursos financeiros provenientes de operações de crédito.
- B) ao bloqueio de saques de recursos financeiros para os mesmos projetos e atividades.
- C) à impossibilidade de recebimento de suprimento de fundos por seus servidores.
- D) ao bloqueio do recebimento de recursos oriundos de convênios.
- E) à necessidade de renegociação dos contratos vincendos referente aos mesmos projetos e atividades.
- 42.** O município de Serena, ao longo dos anos, tem aumentado constantemente suas despesas de pessoal, conforme demonstram os Relatórios de Gestão Fiscal publicados. No último exercício findo, atingiu um gasto de pessoal de 75% de sua receita corrente líquida. Diante deste resultado, o município tornou-se obrigado a tomar, dentre outras, a seguinte medida:
- A) reduzir em 10% as despesas com cargos em comissão e funções de confiança.
- B) cancelar as reposições de servidores para o magistério público em função das aposentadorias.
- C) cancelar a revisão geral anual da remuneração dos servidores.
- D) declarar estado de calamidade financeira.
- E) suspender a contratação de horas extras, inclusive da área da saúde.
- 43.** Considerando os preceitos definidos pela Lei nº 4.320/1964 referentes à dívida ativa, é correto afirmar que:
- A) dívida ativa tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e deduzido das respectivas multas.
- B) os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, poderão ser escriturados como receita do exercício em que forem inscritos.
- C) os créditos exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento poderão ser inscritos como dívida ativa prudencial preliminarmente à apuração de sua liquidez.
- D) a dívida ativa da União deverá ser inscrita por cada unidade gestora.
- E) os créditos da Fazenda Pública provenientes de foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação poderão ser inscritos como dívida ativa não tributária.
- 44.** As despesas públicas realizadas pela autarquia Rio Limpo que não tiverem todas as suas fases executadas dentro do mesmo exercício financeiro poderão, conforme previsto no Decreto nº 93.872/1986 e na Lei de Responsabilidade Fiscal, ser inscritas em restos a pagar, desde que:
- A) não sejam referentes a auxílios e subvenções sociais.
- B) obedçam ao limite da inscrição do exercício anterior, sempre que alcançado pelos limites estabelecidos nos Relatórios de Gestão Fiscal.
- C) não sejam referentes ao último mandato do titular do Poder Executivo.
- D) a inscrição como restos a pagar não processada seja condicionada à indicação pelo ordenador de despesas.
- E) os restos a pagar do exercício anterior tenham sido pagos ou cancelados.
- 45.** A permissão para vinculação de recursos orçamentários para a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita constitui uma exceção ao princípio do(a):
- A) não afetação das receitas.
- B) orçamento bruto.
- C) discriminação.
- D) legalidade.
- E) equilíbrio.
- 46.** A complexidade das atividades exercidas por órgãos da administração pública exige instrumentos que permitam uma gestão eficiente dos recursos. O desenvolvimento das práticas orçamentárias tem refletido essa tendência, que tem como marco o orçamento-programa. Uma característica marcante deste modelo de orçamento é a:
- A) decisão baseada nas necessidades das unidades organizacionais.
- B) ênfase na classificação da despesa por elemento.
- C) definição de objetivos e metas perseguidos pela instituição.
- D) ênfase nos aspectos contábeis da gestão.
- E) função principal de controle dos atos políticos.
- F) restrição ao crescimento das despesas públicas.
- 47.** “Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a, excluídos os casos previstos nesta Lei, abrir créditos suplementares, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o total da despesa fixada.”
- A autorização apresentada na citação está prevista como conteúdo do(a):
- A) Anexo de Metas Fiscais.
- B) Plano Plurianual.
- C) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- D) Lei Orçamentária Anual.
- E) Decreto de Programação Financeira.
- 48.** No primeiro trimestre de determinado exercício, uma entidade da administração pública precisava abrir um crédito adicional no orçamento e apurou os seguintes dados, com valores expressos em milhares de reais:

Ativo Financeiro	R\$ 70.225,00
Passivo Financeiro	R\$ 28.540,00
Créditos adicionais especiais reabertos no exercício	R\$ 11.410,00
Créditos adicionais extraordinários abertos no exercício	R\$ 5.700,00
Operações de crédito vinculadas aos créditos adicionais reabertos não recebidas no exercício anterior	R\$ 3.200,00

A partir dos dados apresentados, o superávit financeiro líquido que poderá ser usado para abertura de créditos adicionais, em milhares de reais, é de:

- A) R\$ 30.275,00
- B) R\$ 27.075,00
- C) R\$ 41.685,00
- D) R\$ 61.995,00
- E) R\$ 33.475,00

49. Em um dado exercício, o orçamento de uma entidade pública foi estimado em R\$ 225,3 milhões. Sabe-se que o orçamento foi suplementado em 30% e que 90% dos créditos foram empenhados, dos quais 90% foram liquidados e destes 90% foram pagos. Ao final do referido exercício, o valor dos restos a pagar representa, aproximadamente:

- A) R\$ 11,8 milhões.
- B) R\$ 23,7 milhões.
- C) R\$ 50,1 milhões.
- D) R\$ 26,3 milhões.
- E) R\$ 79,3 milhões.

50. Em um dado exercício, o orçamento de uma entidade pública foi estimado em R\$ 475 milhões. Sabe-se que o orçamento foi suplementado em 15% e que 90% dos créditos foram empenhados, dos quais 90% foram liquidados e destes 90% foram pagos. Acrescenta-se que houve uma frustração de 5% da receita prevista.

Acerca do resultado da execução orçamentária ao final do referido exercício, é correto afirmar que a entidade registrou:

- A) um déficit superior a R\$ 40 milhões.
- B) um déficit de R\$ 16,6 milhões.
- C) um déficit de R\$ 23,75 milhões.
- D) um superávit de R\$ 8,8 milhões.
- E) um superávit superior a R\$ 53 milhões.

51. Os dados apresentados na tabela a seguir foram produzidos pelo sistema de contabilidade de uma entidade pública, relativos ao exercício de 2017, com valores expressos em milhares de reais:

Descrição	Valor em R\$
Receitas Extraorçamentárias (Depósitos em Garantia)	1.140,00
Receitas de Operação de Crédito por Antecipação da Receita	1.650,00
Receitas de Serviços	1.860,00
Receitas de Amortização de Empréstimos	2.800,00
Receitas Patrimoniais	3.470,00
Receitas de Transferências de Capital	4.360,00
Outras Receitas Correntes	11.050,00

Receitas de Contribuições	19.730,00
Receitas de Operações de crédito	20.000,00
Receitas Tributárias	53.860,00
Receitas de Transferências Correntes	192.220,00

Considere ainda as seguintes informações adicionais:

- Das receitas arrecadadas, R\$ 61.500,00 são destinadas a transferências constitucionais obrigatórias.
- Das contribuições recebidas, R\$ 11.000,00 são destinadas ao Plano de Seguridade dos Servidores.
- Dos depósitos em garantia recebidos, R\$ 750,00 foram devolvidos.
- Conforme determinação legal, R\$ 6.900,00 devem ser destinados para Custeio de Pensões Militares.
- O repasse a título de Compensações Financeiras entre Regimes Previdenciários foi de R\$ 5.350,00.

Para fins de apuração e controle dos limites fiscais definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a partir das informações fornecidas, a Receita Corrente Líquida no exercício de 2017, totalizou:

- A) R\$ 195.790,00
- B) R\$ 197.440,00
- C) R\$ 200.150,00
- D) R\$ 201.800,00
- E) R\$ 227.390,00

52. Considere que, ao final de um dado exercício, a União apurou uma Receita Corrente Líquida de R\$ 121.500.000,00. A partir dessa apuração, o limite de alerta da despesa total com pessoal do Poder Executivo no referido exercício representa:

- A) R\$ 54.675.000,00
- B) R\$ 44.724.150,00
- C) R\$ 47.208.825,00
- D) R\$ 57.712.500,00
- E) R\$ 69.255.000,00

53. Uma entidade pretende realizar a depreciação de uma frota de quatro veículos utilizando o método da soma dos dígitos. O valor de aquisição de cada veículo foi de R\$ 50.000,00, sendo o valor residual estimado em R\$ 10.000,00 cada. A entidade pretende usar os veículos por cinco anos e leiloá-los após esse período.

Ao final do segundo ano de uso, o valor contábil líquido da frota de veículos representa

- A) R\$ 136.000,00
- B) R\$ 120.000,00
- C) R\$ 96.000,00
- D) R\$ 104.000,00
- E) R\$ 64.000,00

54. Uma entidade foi acionada judicialmente para pagar uma indenização em decorrência de atrasos em um contrato de prestação de serviços. A assessoria jurídica da entidade avalia a perda do processo como provável e fez uma estimativa de perda entre R\$ 100 mil e R\$ 150 mil. Considerando essas informações e as orientações da norma NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a entidade deve:

- A) fazer uma reserva financeira de pelo menos R\$ 100 mil.  
 B) aguardar a decisão final para reconhecer o passivo.  
 C) divulgar o ocorrido apenas em notas explicativas.  
 D) reconhecer um passivo de R\$ 150 mil.  
 E) reconhecer uma provisão pela estimativa mais provável.
- 55.** Uma entidade pública adquiriu um equipamento importado para um centro de diagnóstico especializado por R\$ 1.280.000,00 em 30/11/2010, com a expectativa de usá-lo para prestação de serviços por 10 anos, a partir de janeiro de 2011. Em decorrência de restrições técnicas, após 6 anos de uso, a entidade apurou que o equipamento só poderia ser usado por mais 2 anos, e o valor de uso obtido a partir do fluxo de caixa futuro descontado foi estimado em R\$ 400.000,00. A entidade apurou ainda que o equipamento poderia ser vendido por R\$ 300.000,00.
- A partir das definições apresentadas no MCASP e das informações fornecidas, o valor recuperável do equipamento representa:
- A) R\$ 768.000,00  
 B) R\$ 512.000,00  
 C) R\$ 400.000,00  
 D) R\$ 300.000,00  
 E) R\$ 350.000,00
- 56.** Considerando a situação apresentada na questão anterior, no que tange ao registro das alterações patrimoniais, a entidade:
- A) deve reconhecer uma perda de R\$ 162.000,00.  
 B) deve reconhecer uma perda de R\$ 212.000,00.  
 C) não deve reconhecer perda, pois o valor contábil é igual ao valor recuperável.  
 D) deve reconhecer uma perda de R\$ 112.000,00.  
 E) não deve reconhecer perda, pois o valor contábil supera o valor recuperável.
- 57.** Entre os instrumentos de transparência fiscal cuja divulgação é exigida pela LRF está o Relatório de Gestão Fiscal. Uma das características desse relatório é:
- A) evidenciar a apuração dos resultados nominal e primário.  
 B) apresentar o detalhamento da apuração da receita corrente líquida.  
 C) evidenciar a despesa total com pessoal, inclusive inativos e pensionistas.  
 D) apresentar a movimentação dos restos a pagar em cada período.  
 E) permitir o acompanhamento da execução orçamentária.
- 58.** Informações importantes para compreender as variações do patrimônio de uma entidade podem ser encontradas nas demonstrações contábeis consolidadas. O PCASP definiu alguns procedimentos de consolidação para evitar dupla contagem no balanço consolidado.
- Desta forma, os saldos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União, serão:
- A) controlados pelo dígito 3 e excluídos.  
 B) controlados pelo dígito 3 e incluídos.  
 C) controlados pelo dígito 2 e excluídos.  
 D) controlados pelo dígito 2 e incluídos.  
 E) controlados pelo dígito 1 e incluídos.
- 59.** Assinale a alternativa que apresenta um ingresso classificado como Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- A) Amortização de empréstimos.  
 B) Receitas derivadas e originárias.  
 C) Pessoal e encargos.  
 D) Operações de crédito.  
 E) Integralização de capital de empresas dependentes.
- 60.** No início do exercício de 2018, a autarquia Riacho Limpo solicitou ao órgão central de Planejamento e Orçamento a abertura de crédito suplementar ao orçamento inicialmente aprovado no valor de R\$ 220.000,00.

### Balanço Patrimonial - Exercício de 2017

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>Ativo Circulante</u>	<u>5.200.000</u>	<u>4.900.000</u>	<u>Passivo Circulante</u>	<u>1.500.00</u>	<u>780.000</u>
Caixa e equivalentes	3.900.000	3.700.000	Obrigações Trabalhistas	200.000	200.000
Estoques	1.300.000	1.200.000	Fornecedores	1.200.000	180.000
			Demais Obrigações	100.000	400.000
<u>Ativo Não Circulante</u>	<u>3.200.00</u>	<u>1.950.000</u>	<u>Passivo Não Circulante</u>	<u>660.000</u>	<u>1.030.000</u>
Ativo Realizável a Longo Prazo	400.000	450.000	Provisões	660.000	1.030.000
Investimentos					
Imobilizado	2.800.000	1.500.000	<b>Total Passivo</b>	<b>2.160.000</b>	<b>1.810.000</b>
			Patrimônio Líquido	6.240.000	5.040.000
<b>Total</b>	<b>8.400.000</b>	<b>6.850.000</b>	<b>Total</b>	<b>8.400.000</b>	<b>6.850.000</b>
Ativo Financeiro	3.900.000	3.700.000	Passivo Financeiro	1.300.000	380.000
Ativo Permanente	4.500.000	3.150.000	Passivo Permanente	860.000	1.430.000

**Balço Orçamentário - Exercício de 2017**

<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>Previsão Inicial</b>	<b>Previsão Atualizada</b>	<b>Receitas Realizadas</b>	<b>Saldo</b>
Receitas Correntes	5.940.000	5.940.000	5.400.000	(440.000)
Receita Patrimonial	540.000	540.000	500.000	(40.000)
Receita de Serviços	3.400.000	3.400.000	4.400.000	1.000.000
Receitas Diversas	2.000.000	2.000.000	500.000	(1.500.000)
Receita de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>5.940.000</b>	<b>5.940.000</b>	<b>5.400.000</b>	<b>(440.000)</b>
Déficit		120.000	150.000	
<b>Total</b>	<b>5.940.000</b>	<b>6.070.000</b>	<b>5.550.000</b>	<b>(440.000)</b>
Saldos de Exercícios Anteriores Utilizados para Créditos		3.320.000	1.360.000	

<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Dotação Atualizada</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Despesas Pagas</b>	<b>Saldo da Dotação</b>
Despesas Correntes	1.940.000	2.070.000	1.500.000	1.500.000	1.300.000	570.000
Despesas com Pessoal	1.280.000	1.270.000	1.000.000	1.000.000	800.000	270.000
Outras Despesas Correntes	660.000	800.000	500.000	500.000	500.000	300.000
Despesas de Capital	4.000.000	4.000.000	3.550.000	3.500.000	3.500.000	450.000
<b>Subtotal das Despesas</b>	<b>5.940.000</b>	<b>6.070.000</b>	<b>5.550.000</b>	<b>5.000.000</b>	<b>4.800.000</b>	<b>1.020.000</b>
Superávit	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5.940.000</b>	<b>6.070.000</b>	<b>5.550.000</b>	<b>5.000.000</b>	<b>4.800.000</b>	<b>1.020.000</b>

Considerando os demonstrativos publicados na prestação de contas de gestão referente ao exercício de 2017, é possível autorizar a abertura do crédito tendo por justificativa o:

- superávit financeiro apurado no valor de R\$ 2.600.000,00.
- excesso de arrecadação apurado no valor de R\$ 440.000,00.
- superávit primário apurado no valor de R\$ 3.320.000,00.
- crédito extraordinário apurado no valor de R\$ 6.070.000,00.
- saldo de exercício anterior apurado no valor de R\$ 3.320.000,00.



UFRJ